

SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA

Estudos de  
**DIREITO  
PENAL**

vol. III



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra. Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2014 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Rafael Molotiefschi

886921

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Shecaira, Sérgio Salomão

Estudos de direito penal – Vol. III / Sérgio Salomão Shecaira. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-5669-1

1. Direito penal - Brasil. I. Título.

## SUMÁRIO

<b>RECONHECIMENTO DE CRIME HABITUAL NO ÂMBITO DA LEI 8.176/1991 .....</b>	<b>9</b>
Parecer .....	9
1. Síntese do quanto necessário à análise das acusações e das decisões judiciais condenatórias .....	11
2. Natureza jurídica do crime previsto no art. 2.º da Lei 8.176/1991 .....	14
3. Notas conclusivas e respostas às indagações postas pelo ilustre advogado consultante .....	25
 <b>RESPONSABILIZAÇÃO OBJETIVA DE DIRIGENTE DE PESSOA JURÍDICA.....</b>	 <b>27</b>
Parecer .....	27
I. Dos fatos .....	28
II. A discussão jurídica do problema .....	29
II. A) Diferentes concepções acerca da culpabilidade .....	33
A.1) Teoria psicológica da culpabilidade .....	33
A.2) Teoria normativa da culpabilidade .....	34
A.3) Concepção finalista de culpabilidade .....	36
A.4) Culpabilidade e adequação social .....	37
A.5) Culpabilidade e imputação objetiva .....	38
A.6) Concepção atual de culpabilidade .....	42
III. Conclusão.....	49

<b>NULIDADE DE CÁLCULO PENAL POR FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO</b> .....	51
Parecer .....	51
1. Breve síntese dos fatos .....	52
2. Histórico e fundamento do dever de motivar .....	54
3. Necessidade de fundamentação do cálculo de pena .....	58
4. As circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal .....	65
5. A dosimetria da pena-base .....	72
6. Conclusão .....	80
<b>CORRUPÇÃO ATIVA: ATIPICIDADE</b> .....	83
Parecer .....	83
1. Síntese dos fatos .....	84
2. Digressão histórico-sociológica sobre o crime de corrupção .....	87
3. Do crime de corrupção ativa .....	98
3.1 Da quebra da bilateralidade entre os crimes de corrupção ativa e corrupção passiva .....	98
3.2 Do princípio da tipicidade .....	100
3.3 Da atipicidade da conduta de atender à solicitação de vantagem indevida por parte de funcionário público ...	103
3.4 Da atipicidade do pagamento posterior à omissão de ato de ofício .....	114
3.5 Da finalidade de determinar o funcionário público a praticar, omitir ou retardar ato de ofício .....	121
4. A análise específica dos autos .....	125
<b>INEXISTÊNCIA DE ESTELIONATO PRATICADO POR EXECUTIVO DE EMPRESA MULTINACIONAL</b> .....	135
Parecer .....	135
1. Dos fatos .....	136
2. Da investigação preliminar feita pelo Ministério Público ....	144
3. Da discussão sobre os supostos crimes praticados .....	154
4. Notas conclusivas .....	173